



HISTÓRIA SOCIAL DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA EM ANGOLA: SUJEITOS, PRÁTICAS, INSTITUIÇÕES (1840-1870)

Estrela Avilino Lima¹
Idalina Maria Almeida De Freitas²

RESUMO

A pesquisa em andamento, tem como objetivo investigar a dinâmica sanitária em Angola pensando especificamente o contexto de efetiva ocupação portuguesa naquela província - da costa ao interior. Busca-se investigar como se deu o que chamamos aqui de "territorialização da saúde" e "pluralismo médico" naquele espaço, pensando o perfil dos profissionais que atuaram nos serviços de saúde e assistência, às relações de poder que estabeleceram, conflitos e negociações, revelando as experiências de africanos e europeus nesse intento. Para tal o projeto utiliza uma metodologia do tipo bibliográfica, quantitativa mas também qualitativa, por meio da análise dos dados obtidos dos boletins oficiais. Os resultados iniciais demonstram que existia uma dinâmica sanitária em Angola, porém, muitas vezes desorganizada, tendo em consideração que havia uma carência de profissionais da saúde e o número de epidemias que afligiam os habitantes da província era elevado, por outro lado, apurou-se que a maior partes dos doentes entrados no hospital eram europeus.

Palavras-chave: Saúde; Angola; Assistência.

UNILAB, IHL-Malês, Discente, estrelaavilinolima@gmail.com¹
UNILAB, IHL-Malês, Docente, idaensino@unilab.edu.br²



INTRODUÇÃO

O projeto de pesquisa “História Social da Saúde e Assistência em Angola: Sujeito, Práticas e Instituições (1840-1870)” emerge da necessidade de trazer à luz conhecimentos sobre a segunda metade do século XIX na história angolana. Ele tem como objetivo investigar a dinâmica sanitária em Angola pensando especificamente o contexto de efetiva ocupação portuguesa naquela província – da costa ao interior. Buscou-se investigar como se deu o que chamamos aqui de “territorialização da saúde” e “pluralismo médico” naquele espaço, pensando o perfil dos profissionais que atuaram nos serviços de saúde e assistência, às relações de poder que estabeleceram, conflitos e negociações, revelando as experiências de africanos e europeus nesse intento.

A tradição historiográfica africanista feita no Brasil tem rendido bons frutos e criado demandas de pesquisas instigantes que nos ajudam a compreender um pouco mais acerca das experiências de africanos e europeus, numa perspectiva da história social. Obviamente que tais pesquisas não desvinculam a circulação de sujeitos, ideias e produtos no que chamamos de atlântico luso-africano, descortinando redes de relações e significados. Para a compreensão desse viés sanitário em Angola, que longe de ser apenas uma demanda técnica, influenciava uma complexa trama de relações sociais, culturais e políticas, dispomos de poucas investigações.

Na segunda metade do século XIX por exemplo, a epidemia de bexigas interferiu drasticamente em Angola que nesse momento estava voltada para si mesma enfrentando a ocupação efetiva portuguesa, supressão do tráfico de escravizados e expansão comercial interna. Nesse sentido é pertinente buscar entender dentre outras coisas, quais eram as concepções de doença e cura que circulavam entre africanos e europeus? Qual era o ponto de vista africano acerca de todas essas transformações?

Cabe situar que, do ponto de vista historiográfico, na primeira metade do século XIX, a ocupação portuguesa em território angolano restringia-se aos chamados “reinos” de Angola e Benguela, a maioria da população era classificada como “preta”, destaque para o elevado número de “pardos, mulatos ou filhos do país”. Uma série de leis abolicionistas acabaram por conduzir o encerramento do tráfico de escravizados, a partir de 1836, e a criação da categoria jurídica dos libertos fomentou uma “evolução” em relação à condição de “escravo”, porém, apesar da “carta de alforria” dada pelo estado, esses “libertos” não podiam dispor livremente de si e do seu trabalho, continuando “tutelados” por uma junta especialmente designada. Sendo assim, somente muitos anos depois, foi abolida de fato a escravidão nas áreas de domínio portugueses.

Conforme explica Jill Dias, ocupar cargos dentro da estrutura colonial portuguesa, além de garantir uma certa segurança material, era também, em última análise, fonte de prestígio social e político dentro da sociedade africana. Já antes de 1850, a posição implantada pela aristocracia crioula vinha sendo minada devido às transformações nas esferas da economia mundial e política portuguesa, que tentou redefinir seu interesse metropolitano por Angola. Com isso, alguns membros dessas famílias queixavam-se acerca da discriminação contra eles em nomeações para cargos oficiais, ao passo que agentes metropolitanos passavam a concorrer a postos nas províncias africanas. Marcelo Bittencourt também adverte que a perda do espaço político e econômico em meados do século XIX, na lógica de teias coloniais emergentes, traria novidades pouco favoráveis ao grupo crioulo, afinal essa camada perderia espaço com a chegada de um maior número de homens vindos da metrópole, resultando na delimitação de espaços mais afunilados para a sua atuação e o componente racial era um ingrediente inegável no reforço dessas tensões.

A organização dos serviços de saúde e a interiorização das políticas sanitárias nesse contexto demonstrou que além da reação de grupos de africanos locais aos tratamentos, códigos e condutas para a saúde e a doença, expôs as fragilidades da própria administração colonial, uma vez que os serviços muitas vezes eram desorganizados, a falta de médicos era constante e as epidemias assolavam a província. O historiador Kalle



Kananoja assinala que o pluralismo médico esteve presente nas primeiras tentativas de organização dos serviços de saúde na Europa moderna, e que o cenário terapêutico incluía diferentes formas de cura. Nesse contexto, cirurgiões e barbeiros não acadêmicos recebiam treinamento prático de médicos habilitados nas universidades. Em seu estudo para Angola setecentista, Kananoja oferece pistas sobre a transmissão de conhecimentos de médicos portugueses para africanos, uma vez que as aulas de medicina ministradas pelo médico-chefe José Pinto de Azeredo, no final do século XVIII, eram frequentemente citadas como primeiro exemplo de formação médica em Angola, podendo ter havido precedentes e planos para formar pessoal médico em Luanda já no início do século XVIII.

A historiadora Rafaela Jobbit explica que, devido a uma série de variáveis, o chamado “pluralismo médico” era observado em outras províncias africanas como São Tomé e Príncipe, o que não implicava em atitudes tolerantes ou benevolentes de autoridades coloniais para com médicos não europeus, pelo contrário, podemos dizer que a necessidade de médicos oriundos das províncias africanas algumas vezes era bem vinda, mesmo que em cargos provisórios, devido a uma estrutura conflituosa do serviço de saúde, sobretudo em decorrência de inúmeros pedidos de licença que médicos europeus solicitavam com bastante recorrência, muitas vezes sem ao menos cumprir o tempo necessário em cada localidade. Outras impressões de comentaristas da época acerca dos serviços de saúde em províncias africanas recaiam na sua ineficácia, pois, para eles, muitos profissionais tinham bastante conhecimento prático de doenças, mas nenhum treinamento formal ou diploma. Tais elementos além de contribuir para o entendimento da organização dos serviços de saúde, iluminam os movimentos de circulação e interação entre províncias como São Tomé e Príncipe e Angola, que historicamente interagiam de diversas formas.

Assim, agentes tais como médicos, farmacêuticos, militares, curandeiros, dentre outros, envolveram-se de forma estrutural e em experiências cotidianas de doenças, doentes e cura. As Misericórdias e os hospitais eram espaços que se consolidaram também em solo Ultramarino, assim como os asilos e recolhimentos Pio para a “infância desvalida”. Estes também eram exemplos de instituições que além de desenvolverem-se imbuídas em torno da devoção e caridade, denotavam os diferentes interesses políticos e as estratégias de inserção e diálogo entre elites africanas e europeias. Nesse sentido, na contramão das Misericórdias portuguesas e brasileiras, que já são desde muito tempo importante objeto de estudo, tais instituições no mundo africano ainda permanecem sendo uma lacuna a ser preenchida.

Por fim, o projeto deve contribuir para formação acadêmico-científica de estudantes que tiverem interesse pela pesquisa histórica do continente africano, nomeadamente Angola, sem perder de vista as suas conexões permeadas pelo Atlântico luso-africano na segunda metade do século XIX. Nesse sentido, para além do que já sabemos em termos de uma “história oficial” documentada pela administração portuguesa, teremos a oportunidade por meio de metodologias próprias, de ouvir as vozes de outros sujeitos, entender projetos de vidas, interpretar situações e contextos de conflitos e negociações, relações sociais e políticas, além de tentar recuperar um ponto de vista africano sobre determinados acontecimentos que envolveram a sua própria história. O viés escolhido para esse desafio são as relações permeadas pela organização dos serviços sanitários e de assistência.

METODOLOGIA

Para desenvolver este projeto de pesquisa, a metodologia utilizada se baseou a ligação nominativa de fontes, que consistiu em partir dos nomes de indivíduos, torná-los fio condutor para investigação em séries documentais distintas, que permitiu reconstruir, ao menos em parte, trajetórias de vida, biografias, instituições, memórias, projetos e demais experiências ao longo do tempo. Outrossim, consistiu na leitura e



fichamento de obras de referência sobre Angola no século XIX. Ademais, utilizou-se também métodos quantitativos e qualitativos. Na dimensão quantitativa trabalhou-se com a série de Boletins Oficiais do Governo Geral da Província de Angola (BOGGPA), primeiro periódico impresso na Província de Angola, entre as décadas de 1845 a 1873, dois quais foram coletados dados que permitiram no decorrer dos meses construir um banco de dados (planilhas ou tabelas) com as principais informações acerca do contexto sanitário e de assistência na província de Angola, a partir da localidade, idade, condição jurídica (libertos, escravos, livres), número de hospitais, pessoas assistidas pelas instituições, pessoas não assistidas, mapa de doentes, doenças, remédios, estatísticas de óbitos e recuperados, dentre outros aspectos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A priori, como consta, o nosso objetivo geral é a análise da dinâmica sanitária em Angola na segunda metade do século XIX. Assim sendo, para cumprir com os objetivos propostos, utilizou-se tanto métodos bibliográficos, quanto quantitativos e qualitativos. Desse modo, a dimensão bibliográfica, consistiu na leitura e fichamento de obras de referência sobre Angola no século XIX,. Por outro lado, na dimensão quantitativa trabalhou-se com a série de Boletins Oficiais do Governo Geral da Província de Angola (BOGGPA), este que foi o primeiro periódico impresso na província de Angola, entre as décadas de 1845 a 1873. Em virtude disso, foram coletados dados dos mesmos Boletins Oficiais para a construção de um banco de dados com as principais informações sobre o contexto sanitário e assistência em Angola, com base a: idade, localidade, sexo, condição jurídica, número de hospitais, pessoas que foram assistidas pelas instituições, mapa de doentes, as doenças, estatística de óbitos e recuperados, nomes dos sujeitos (doutores) que atuaram durante esse período, número de doentes que foram tratados por meio da assistência cirúrgica e os de medicina, número de militares e civis doentes entrados no hospital, número de europeus e indígenas nos hospitais.

Por conseguinte, em conformidade com os dados obtidos nos Boletins Oficiais do Governo Geral da Província de Angola(1845-1870), foi possível obter os resultados seguintes: os mesmos boletins acarretam consigo muitas informações, sobre os militares, os navios negreiros, os movimentos dos hospitais, a classificação dos enfermos nos hospitais, as exonerações e ou nomeações tanto de médicos como também de outras entidades, notas de agradecimentos por parte do Governador Geral e da Rainha, o rendimento das Boticas dos hospitais, o balancete da receita e despesas da Santa Casa da Misericórdia em Luanda, os rendimentos da Santa Casa da Misericórdia em Luanda, além dos principais tipos de doenças do século XIX tais como: diarreias, febres entre outras doenças e que algumas dessas doenças citadas ao longo dos boletins levaram à morte certas pessoas.

Além disso, vale destacar que, nos Boletins Oficiais do Governo Geral da Província de Angola (1845-1870), constam também as principais causas de mortes em Angola, que eram as denominadas de “febres do país, doenças pulmonares e disenterias”; que numa escala de 1 à 100%, 60% dos enfermos que entravam tanto no Hospital da Santa Casa da Misericórdia quanto no Hospital Militar de São José em 1845, 1846, 1847, 1848, 1849 eram Europeus e apenas 40% eram Nativos; que 80% eram homens e apenas 20% eram mulheres. Ademais, os mesmos boletins oficiais demonstram que as principais instituições em que os doentes davam entrada eram o Hospital da Santa Casa da Misericórdia, o Hospital Militar de São José, o Hospital de Benguela, o Hospital de Mossâmedes; ainda mais, encontram-se neles os nomes de alguns profissionais Médicos e Cirurgiões, Farmacêuticos entre outros que atuaram de forma pronta e precisa para o melhoramento do estado sanitário da dita província. Por outro lado, constatou-se que para a cura das febres intermitentes, passou a ser administrado aos doentes o sulfato de quinino. Outrossim, é importante destacar que algumas das doenças representadas no mapa nosológico que os Boletins fazem menção, são: Abscessos,



Admites, Afecções mentais, Amigdalites, Anasarca, Anemia, Aneurisma do coração, Anginas, Anquilosis, Aperto das válvulas aórticas, Artritis traumática, Ascites, Astemas, Blefaritis, Bronquitis, Cachexias, Calvície, Canero, Caria, Catarata, Catarro vesical entre muitas outras. A partir destes dados, buscamos compreender qual era a relação entre os chamados “nativos”, sua relação com as instituições, tratamentos em conflito com os tratamentos “tradicionais”.

CONCLUSÕES

Destarte, por meio dos dados que foram coletados do Boletins Oficiais do Governo Geral da Província de Angola(1845-1870) foi possível traçar o perfil histórico de algumas instituições tais como(a santa casa da misericórdia, recolhimento pio, hospital militar), assim como, compreender como se organizaram os serviços de saúde e assistência em Angola, na segunda metade do século XIX, além de permitir destacar o papel importante que os profissionais (facultativos, médicos, farmacêutico, militares, boticários, cirurgiões) neste projeto de territorialização da saúde. Desse modo, vale destacar, que os objetivos foram alcançados, tabelas foram elaboradas com os dados obtidos nos boletins oficiais analisados, o que vai permitir numa segunda fase fazer outras análises e elaborar textos e artigos para serem publicados. Para finalizar, podemos inferir, que a presente pesquisa é valiosa não apenas para compreender a história social da saúde em Angola, mas também para uma compreensão mais ampla da história da medicina e da assistência médica na África colonial.

AGRADECIMENTOS

Antes de mais, gostaria primeiro de destacar a importância da Iniciação Científica como um instrumento de desenvolvimento acadêmico e pessoal, e externando os meus sinceros agradecimentos à FAPESB pela oportunidade proporcionada; aos membros envolvidos no programa por sempre estarem disponíveis a esclarecer qualquer dúvida que surgisse; a minha orientadora pela orientação, interpretação de dados e outros esclarecimentos, o que foi imprescindível para a conclusão deste edital. E em segundo gostaria de dizer que a pesquisa não somente completou os espaços vazios sobre a história da saúde e assistência em Angola, mas também aumentou o meu desejo de investigar e o meu compromisso com o desenvolvimento do conhecimento em Angola. Assim sendo, finalizo destacando o quão importante é a pesquisa tendo em conta que há uma escassez de materiais sobre a história social da saúde e assistência em Angola, o que demonstra que produzir conteúdos sobre o assunto que ajudem a compreender a trajetória do país é muito relevante.

REFERÊNCIAS

- ALDEN, Dariu and MILLER, Joseph. Out of Africa: The Slave Trade and the Transmission of Smallpox to Brazil, 1560-1831. The Journal of Interdisciplinary History, vol. 18, n° 2 (Autumn, 1987), pp. 195-224.
- BITTENCOURT, Marcelo. Velho tema, novos problemas: a criouldade em Angola. p. 17. III Reunião Internacional sobre a História de Angola, Arquivo Nacional de Angola.
- CANDIDO, Mariana Pinho. Fronteiras da Escravidão. Escravidura, Comércio e Identidade em Benguela (1750-1850). El Colégio de México, Centro de Estudios de Asia y Africa, 2011.
- _____. Os agentes não europeus na comunidade mercantil de Benguela, c. 1760-1820. Saeculum, Revista de História, 29; João Pessoa, jul/dez. 2013.
- DIAS, Jill. Uma questão de identidade: respostas intelectuais as transformações econômicas no seio da elite crioula da Angola portuguesa entre 1870 e 1930. Revista Internacional de Estudos Africanos, revista



semestral, jan/jun, 1984.

_____. VALENTIM, Alexandre. O Império Africano 1852-1890. Vol. X, Lisboa: Editora Estampa, 1998.

_____. Famine and Disease in the History of Angola c. 1830-1930. The Journal of African History, 1981, vol. 22, n° 3 (1981), pp.349-378.

FERREIRA, Roquinaldo. Dos Sertões ao Atlântico: tráfico ilegal de escravos e comércio lícito em Angola (1830-1860). Dissertação de Mestrado, UFRJ.

JOBBIT, Rafaela. Medical Practitioners and The Colonial Project: medicine, public hygiene, and the contested recolonization of São Tomé and Príncipe, 1850-1926. York University, Toronto, 2016.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. Decrépitos, anêmicos, tuberculosos: africanos na Santa Casa de Misericórdia da Bahia (1867-1872). Almanachk, Guarulhos, n°22, p.207-249, ago.2019.

KANANOJA, Kalle. Healing Knowledge in Atlantic Africa. Medical Encounters, 1500-1850. Cambridge University Press, 2021.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Cirurgiões do Atlântico Sul — conhecimento médico e terapêutica nos circuitos do tráfico e da escravidão (séculos XVII-XIX). Texto integrante dos Anais do XVII Encontro Regional de História — O lugar da História. ANPUH/SPUNICAMP.